



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS

Departamento Requisitante: Secretaria Municipal de Planejamento e orçamento.

2 – OBJETO A SER LICITADO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos utilitários automotores novos, zero quilômetro, ano/modelo mínimo 2025/2026 ou superior, destinados a atender às necessidades das diversas secretarias da administração pública municipal de comodoro-mt, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências previamente estabelecidas.

3 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação decorre da necessidade de ampliação e reforço da frota de veículos automotores da Administração Pública Municipal de Comodoro-MT, considerando o aumento gradual das demandas operacionais e a perspectiva de expansão do quadro de servidores nas diversas secretarias municipais.

Atualmente, a frota existente encontra-se dimensionada para atender a um volume de trabalho inferior ao que vem sendo observado nos últimos anos, sendo frequente a insuficiência de veículos disponíveis para o atendimento simultâneo de múltiplas atividades institucionais. Além disso, o crescimento das ações governamentais, a descentralização de serviços e a intensificação de atendimentos em regiões periféricas e rurais exigem uma resposta logística compatível.

Diante disso, torna-se indispensável a aquisição de novos veículos, com vistas a suportar o crescimento da estrutura administrativa e garantir a continuidade, qualidade e eficiência dos serviços públicos, especialmente aqueles que envolvem deslocamentos constantes, como fiscalização, transporte de equipes, visitas técnicas, entrega de materiais, atendimento em campo e atividades de suporte técnico.



A utilização do Sistema de Registro de Preços é recomendada neste contexto por permitir a contratação conforme a necessidade real, ao longo da vigência da ata, otimizando os recursos públicos e possibilitando um planejamento de aquisição mais estratégico e compatível com a evolução da demanda administrativa municipal.

4- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação será realizada por meio da modalidade Pregão, nos termos do art. 28, inciso II, alínea “a” da Lei Federal nº 14.133/2021, visando ao registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores novos, zero-quilômetro, conforme demanda das Secretarias da Administração Pública Municipal de Comodoro-MT.

A adoção do Sistema de Registro de Preços, conforme previsto no art. 82 da mesma lei, possibilita a contratação conforme necessidade real e disponibilidade orçamentária, conferindo economicidade, padronização e eficiência ao processo.

A empresa fornecedora deverá atuar no ramo de comércio de veículos, estar legalmente estabelecida e apresentar condições para fornecimento dos bens conforme as exigências técnicas, operacionais e administrativas previamente estabelecidas.

4.1 REQUISITOS TÉCNICOS DA CONTRATAÇÃO

a) A empresa fornecedora deverá ser especializada na comercialização de veículos novos, sendo autorizada pela montadora ou distribuidora oficial da marca;

b) Todos os veículos deverão ser novos, de primeiro uso, ano/modelo mínimo 2025/2026 ou superior, com garantia mínima de fábrica de 12 meses, livre de quaisquer ônus ou encargos;

c) Os veículos deverão estar em conformidade com as normas e regulamentações do CONTRAN, DENATRAN, INMETRO e demais órgãos reguladores, sendo entregues com emplacamento, documentação regularizada e prontos para uso;



d) A empresa deverá apresentar proposta com valores unitários, especificações completas dos veículos ofertados e condições de fornecimento, garantia e prazos de entrega;

e) A contratada deverá garantir a assistência técnica e autorizada da marca em território nacional, preferencialmente com suporte próximo ao município de Comodoro-MT;

f) A entrega dos veículos deverá ocorrer no endereço indicado pela Administração, com frete incluso, mediante agendamento prévio, vistoria e aceite formal;

g) Será exigida a regularidade fiscal, trabalhista e jurídica da empresa, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, bem como o atendimento integral às exigências do edital e seus anexos.

4.2 REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

A presente contratação deverá considerar, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental, priorizando práticas que contribuam para o uso eficiente de recursos e a redução de impactos ao meio ambiente, conforme princípios estabelecidos nas normas ABNT NBR ISO 20400:2017 – Compras Sustentáveis e ABNT NBR ISO 14001:2015 – Sistemas de Gestão Ambiental.

Deverão ser observadas, quando tecnicamente viáveis:

a) A oferta de veículos com menor consumo de combustível e menores níveis de emissão de poluentes;

b) Modelos com bom desempenho energético, conforme avaliações disponíveis no mercado;

c) Adoção de práticas sustentáveis no processo de entrega, incluindo logística otimizada, redução de desperdícios e descarte adequado de resíduos eventualmente gerados;

d) Adoção de cuidados que garantam segurança e responsabilidade ambiental durante o transporte e entrega dos veículos.

4.3 REQUISITOS DE EXTERNOS OU LEGAIS



A empresa contratada deverá atender integralmente às exigências legais, técnicas e administrativas vigentes, observando os seguintes requisitos:

- a) Estar regularmente constituída e autorizada para exercer atividade comercial no ramo de veículos automotores, com objeto social compatível;
- b) Apresentar toda a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica, conforme exigências do edital;
- c) Garantir que os veículos estejam em conformidade com os requisitos obrigatórios estabelecidos por órgãos oficiais, como Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e demais órgãos de controle;
- d) Fornecer os veículos com todos os documentos exigidos para licenciamento e circulação, incluindo nota fiscal, certificado de garantia, manual do proprietário, chave reserva e demais itens obrigatórios de fábrica;
- e) Cumprir com as normas aplicáveis à segurança, ao meio ambiente, à rotulagem e à eficiência energética dos veículos, conforme legislação vigente;
- f) Atender às exigências de rastreabilidade e procedência, garantindo que os veículos sejam novos, de primeiro uso, sem qualquer registro anterior de propriedade ou emplacamento.

5 - LEVANTAMENTO DO MERCADO

Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta da seguinte forma:

5.1 MODALIDADE DA LICITAÇÃO



Foi realizado levantamento de mercado junto a fornecedores do ramo de veículos automotores, com o objetivo de verificar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida. O levantamento permitiu identificar a disponibilidade de diversos modelos com características padronizadas, ampla oferta no mercado, condições similares de fornecimento e possibilidade de definição objetiva de critérios de julgamento, especialmente em relação ao menor preço.

Diante da natureza do objeto – **aquisição de bens comuns (veículos automotores novos, zero quilômetro)** – a modalidade adequada para o procedimento é o **Pregão**, conforme previsto no **art. 28, inciso II, alínea “a” da Lei nº 14.133/2021**, que define o pregão como modalidade apropriada para a aquisição de bens e serviços comuns.

Adicionalmente, considerando a **necessidade recorrente e a impossibilidade de definir previamente a quantidade exata a ser adquirida**, adotar-se-á o **Sistema de Registro de Preços**, conforme dispõe o **art. 82 da mesma lei**, possibilitando que a Administração realize contratações futuras com base na ata resultante do certame, de forma mais ágil e conforme a demanda.

A forma eletrônica será utilizada, em atenção ao **§ 2º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece a preferência por procedimentos realizados em meio digital, garantindo maior transparência, competitividade e economicidade.

Dessa forma, a escolha da **modalidade Pregão, na forma eletrônica, por meio do Sistema de Registro de Preços**, é a medida mais adequada à natureza do objeto e ao interesse público, permitindo ampla concorrência, padronização do fornecimento e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

O objeto desta contratação consiste na **futura e eventual aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, ano/modelo mínimo 2025/2026 ou superior**, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo



de Referência, com o objetivo de atender às necessidades operacionais das diversas Secretarias da Administração Pública Municipal de Comodoro-MT.

Trata-se de bem classificado como **comum**, por possuir especificações técnicas objetivas, largamente disponíveis no mercado nacional, com padrões amplamente reconhecidos de desempenho, qualidade, segurança e eficiência, permitindo, assim, a **utilização da modalidade Pregão com critério de julgamento por menor preço**.

A contratação será formalizada por meio de **Ata de Registro de Preços**, possibilitando o atendimento conforme a demanda e disponibilidade orçamentária, durante o prazo de vigência da ata, sem a obrigatoriedade de aquisição imediata.

A padronização do objeto, a ampla competitividade e a recorrência da demanda tornam viável, técnica e juridicamente, a adoção do Sistema de Registro de Preços para essa finalidade.

5.3 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **MENOR PREÇO**, sendo o fornecedor selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto consiste na aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Os requisitos técnicos dos veículos serão estabelecidos como condições mínimas de atendimento, constantes do Termo de Referência e do Edital, não sendo utilizados como fatores de pontuação ou julgamento, assegurando-se o julgamento objetivo, a transparência e a isonomia entre os licitantes.

5.4 DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada sob o regime de fornecimento, por meio de Ata de Registro de Preços, com vistas à aquisição futura e eventual de veículos



automotores novos, zero quilômetro, conforme demanda da Administração Pública Municipal de Comodoro-MT, durante o prazo de vigência da ata.

A adoção do Sistema de Registro de Preços permite à Administração realizar contratações conforme a necessidade, respeitada a ordem de classificação e as condições registradas, garantindo maior eficiência, planejamento e controle orçamentário.

O fornecedor ficará obrigado a atender às requisições da Administração durante o prazo de validade da ata, nas condições e prazos estabelecidos no edital e no Termo de Referência, não gerando obrigação de contratação imediata ou integral por parte da Administração, conforme as diretrizes do próprio sistema.

O fornecimento se dará conforme os quantitativos estimados e especificações constantes no edital, e as entregas ocorrerão conforme cronograma e solicitações emitidas durante a vigência da ata.

5.5 PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP

É permitida a participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) no presente certame, desde que atendam às condições de habilitação e aos requisitos estabelecidos no edital, inclusive no que se refere à regularidade fiscal e trabalhista, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, aplicada de forma complementar à Lei nº 14.133/2021.

Será assegurado o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às ME e EPP, nos termos dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto:

à possibilidade de regularização da documentação fiscal e trabalhista no prazo legal, após a fase de julgamento;

aos critérios de desempate, quando aplicáveis, conforme disciplinado no edital.

A participação de ME e EPP não está condicionada ao valor total estimado da contratação, mas ao enquadramento legal da empresa, observado o limite de



receita bruta anual vigente para a respectiva categoria, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

5.6 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio no presente certame, considerando a inexistência de impedimento técnico, operacional ou econômica que justifique sua vedação.

A admissão de consórcios mostra-se compatível com o objeto da contratação, uma vez que a aquisição de veículos automotores novos, ainda que classificada como bem comum, pode demandar capacidade ampliada de fornecimento, logística, rede de distribuição, suporte técnico e assistência autorizada, especialmente diante da pluralidade de itens, quantitativos estimados e da abrangência das necessidades das diversas Secretarias Municipais.

A participação consorciada poderá contribuir para:

ampliação da competitividade do certame;

aumento do universo de potenciais fornecedores;

fortalecimento da capacidade técnica, operacional e econômico-financeira dos licitantes;

obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Os consórcios deverão observar integralmente as exigências previstas no art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e no edital, especialmente quanto:

a) à comprovação de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados;

b) à indicação da empresa líder, responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

c) à responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações decorrentes da contratação;



d) ao atendimento das exigências de habilitação técnica, fiscal, trabalhista, jurídica e econômico-financeira, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório.

A Administração poderá estabelecer no edital regras específicas para habilitação de consórcios, inclusive quanto ao somatório de quantitativos para fins de qualificação técnica e econômico-financeira, observados os princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

Assim, entende-se que a admissão da participação de consórcios é juridicamente viável e conveniente, por não comprometer a execução do objeto e por contribuir para ampliar a concorrência e a competitividade do procedimento licitatório, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.7 PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS

Será permitida a participação de empresas estrangeiras no presente certame, desde que atendam às exigências previstas na Lei nº 14.133/2021 e se submetam às mesmas condições aplicáveis às empresas nacionais, em observância aos princípios da isonomia e da competitividade.

As empresas estrangeiras deverão comprovar sua capacidade para executar o objeto da contratação por meio da apresentação da documentação de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, conforme disposto nos arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021, observadas as regras relativas ao momento e à forma de apresentação dos documentos, nos termos do art. 63.

A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original, por cópia ou por outro meio admitido pela Administração, bem como substituída por registro cadastral, quando previsto em edital, conforme dispõe o art. 70, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021.

Nos termos do parágrafo único do art. 70 da Lei nº 14.133/2021, as empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes aos exigidos das empresas nacionais, na forma de



regulamento expedido pelo Poder Executivo federal, observada a equivalência jurídica e contábil da documentação apresentada.

A admissão de empresas estrangeiras, desde que em conformidade com a legislação vigente, contribui para a ampliação da competitividade, o aumento do universo de potenciais fornecedores e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em atendimento ao interesse público.

5.8 SUBCONTRATAÇÃO

Considerando a natureza do objeto (fornecimento de veículos automotores novos), não será permitida a subcontratação do objeto principal, ou seja, da entrega dos veículos contratados. Contudo, a contratada poderá subcontratar serviços acessórios, como transporte, emplacamento ou preparação dos veículos, desde que:

- Previamente autorizados pela Administração;
- Informados no momento da contratação ou durante a execução do contrato;
- Sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, incluindo prazos, especificações técnicas e qualidade do fornecimento.

A subcontratação, quando autorizada, deverá observar os limites, condições e restrições estabelecidas no edital e estará sujeita à fiscalização da Administração, conforme as disposições do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

5.9 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

As alterações contratuais somente serão admitidas mediante justificativa formal e nas hipóteses expressamente previstas nos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021, respeitados os limites legais e a vedação à transfiguração do objeto da contratação.

Nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, os contratos poderão ser alterados:

- I – Unilateralmente pela Administração, quando:
- a) houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação



técnica aos objetivos da contratação;
b) for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto, observados os limites legais.

II – Por acordo entre as partes, quando:
a) conveniente a substituição da garantia de execução;
b) necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, diante de verificação técnica da inaplicabilidade das condições originalmente pactuadas;
c) necessária a modificação da forma de pagamento por circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação de pagamento sem a correspondente contraprestação;
d) necessária a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em decorrência de caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, respeitada a matriz de riscos contratual.

As alterações unilaterais que impliquem acréscimos ou supressões quantitativas deverão observar os limites previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021, sendo o contratado obrigado a aceitá-las nas mesmas condições contratuais, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, vedada, em qualquer hipótese, a transfiguração do objeto, conforme dispõe o art. 126.

Eventuais alterações que impactem os encargos do contratado deverão ser acompanhadas da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, no mesmo termo aditivo, nos termos do art. 130 da Lei nº 14.133/2021, sendo assegurado o direito ao reconhecimento do desequilíbrio mesmo na hipótese de extinção contratual, conforme art. 131, desde que requerido durante a vigência do contrato.

A formalização do termo aditivo constitui condição para a execução das alterações determinadas pela Administração, ressalvadas as hipóteses de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, caso em que a



formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme estabelece o art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

Nas situações que não caracterizam alteração contratual, tais como reajustes, repactuações, atualizações financeiras, alterações na razão social do contratado ou empenhos orçamentários, os registros poderão ser realizados por apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

Considerando que a contratação será realizada por meio de Ata de Registro de Preços, não há obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos estimados, podendo a Administração realizar contratações conforme sua necessidade e disponibilidade orçamentária, durante a vigência da ata.

Não serão admitidas alterações contratuais destinadas à correção de erros ou omissões identificáveis na fase preparatória ou editalícia, por afrontarem os princípios do planejamento, da segurança jurídica e da vinculação ao instrumento convocatório.

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente contratação visa à **formação de Ata de Registro de Preços** para futura e eventual aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, ano/modelo mínimo 2025/2026 ou superior, com o objetivo de atender às necessidades operacionais das diversas Secretarias da Administração Pública Municipal de Comodoro-MT.

A aquisição planejada por meio de pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item, possibilita padronização do fornecimento, agilidade na contratação, eficiência no atendimento às demandas, e maior controle orçamentário, uma vez que não obriga a Administração à contratação imediata, permitindo aquisições conforme necessidade e disponibilidade financeira durante a vigência da ata.

Os veículos a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas mínimas descritas no Termo de Referência, assegurando desempenho



compatível com as atividades administrativas, operacionais e técnicas das Secretarias Municipais, observando critérios de qualidade, segurança, garantia e eficiência energética, conforme exigido.

Com isso, a solução adotada busca modernizar, ampliar e estruturar a frota municipal, promovendo a substituição de veículos obsoletos e suprimindo lacunas identificadas na prestação de serviços públicos. O modelo de contratação também proporciona transparência, economicidade e competitividade, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa para o interesse público.

7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

O objeto da contratação está previsto na elaboração e cumprimento da LOA. Com isso, há previsão orçamentária na LOA 2025 para execução do objeto conforme consta das informações básicas.

Entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT. ESTIMADA
1	<p>Veículo automotor tipo pick-up, novo, zero quilômetro, com capacidade para 05 (cinco) ocupantes, cabine dupla, quatro portas laterais, construído sobre chassi, ano/modelo 2025 ou superior.</p> <p>Equipado com motor a diesel, de cilindrada mínima de 2,0 litros, com potência mínima de 170 cv, transmissão automática, tração 4x2 (traseira) e direção elétrica ou equivalente.</p> <p>Deverá possuir tanque de</p>	un	07



	<p>combustível com capacidade mínima de 80 (oitenta) litros, capacidade de carga útil mínima de 1.000 kg, rodas de liga leve ou equivalente, bem como bancos com revestimento em couro ou material sintético impermeável, de fácil higienização.</p> <p>O veículo deverá atender a todas as exigências de segurança e equipamentos obrigatórios previstos na legislação de trânsito vigente.</p>		
2	<p>Veículo automotor tipo pick-up, novo, zero quilômetro, com capacidade para 05 (cinco) ocupantes, cabine dupla, quatro portas laterais, construído sobre chassi, ano/modelo 2025 ou superior.</p> <p>Equipado com motor a diesel, de cilindrada mínima de 2,0 litros, com potência mínima de 170 cv, transmissão automática, tração 4x4, e direção elétrica ou equivalente.</p> <p>Deverá possuir tanque de combustível com capacidade mínima de 80 (oitenta) litros, capacidade de carga útil mínima de 1.000 kg, rodas de liga leve ou equivalente, bem como bancos com revestimento em couro ou material sintético impermeável, de fácil</p>	un	11



	higienização. O veículo deverá atender a todas as exigências de segurança e equipamentos obrigatórios previstos na legislação de trânsito vigente.		
3	Veículo automotor tipo utilitário , novo, zero quilômetro , destinado ao transporte de passageiros, com capacidade mínima para até 07 (sete) ocupantes , incluindo o condutor, quatro portas laterais , ano/modelo 2025 ou superior . Equipado com motor de potência mínima de 110 cv , combustível flex (gasolina/etanol), transmissão preferencialmente automática , admitindo-se transmissão manual apenas quando devidamente comprovada a equivalência em desempenho, conforto e adequação ao uso institucional, direção elétrica ou equivalente , e tanque de combustível com capacidade mínima de 50 (cinquenta) litros . Deverá possuir sistema de ar-condicionado , bancos com revestimento em material resistente e de fácil higienização , sistema de freios compatível com o porte do veículo, bem como todos os itens de segurança e equipamentos obrigatórios exigidos pela	un	03



	legislação de trânsito vigente, incluindo cintos de segurança para todos os ocupantes, airbag(s) e sistema de freios com ABS. O veículo deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, acompanhado de manual do proprietário, certificado de garantia de fábrica e documentação necessária para o primeiro emplacamento.		
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

O quantitativo estimado para esta contratação foi definido com base nas Comunicações Internas (C.I.) encaminhadas pelas Secretarias Municipais, nas quais foram apresentadas as demandas específicas de veículos necessárias para o desempenho das respectivas atividades administrativas, operacionais e de campo.

Cada secretaria manifestou sua necessidade considerando suas rotinas de trabalho, área de atuação, cobertura territorial, quantidade de servidores e ações institucionais em andamento ou em expansão, o que permitiu a consolidação de uma estimativa realista e fundamentada para a formação da Ata de Registro de Preços.

Ressalta-se que os quantitativos estimados não geram obrigação de aquisição integral por parte da Administração, sendo as contratações realizadas de forma futura e eventual, conforme a demanda efetiva e a disponibilidade orçamentária, durante a vigência da ata.

8 – ESTIMATIVA DE VALORES

A estimativa de preços para esta contratação foi elaborada com base na média dos valores obtidos por meio de pesquisa em fontes oficiais de dados públicos, com destaque para o Banco de Preços, conforme determina o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021. Essa norma estabelece que a estimativa deve



considerar os preços praticados no mercado, preferencialmente a partir de fontes oficiais e atualizadas.

A utilização da média dos preços coletados busca assegurar **transparência, equilíbrio e coerência orçamentária**, permitindo a definição de valores estimados por item compatíveis com os preços de mercado para bens de mesma natureza.

A metodologia empregada também cumpre o disposto no § 2º do art. 23 da referida lei, que autoriza o uso de ferramentas tecnológicas com bases de dados públicas e confiáveis, observados os critérios de representatividade, atualidade e regionalidade dos preços coletados.

Assim, a média dos valores extraídos do Banco de Preços foi utilizada como referência para a composição da estimativa, devidamente registrada nos autos, em conformidade com os princípios da **economicidade, eficiência e planejamento** que orientam a atuação administrativa.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (mediana)	QUA NT.	VALOR TOTAL
1	Veículo automotor tipo pick-up , novo, zero quilômetro, com capacidade para 05 (cinco) ocupantes , cabine dupla, quatro portas laterais , construído sobre chassi , ano/modelo 2025 ou superior . Equipado com motor a diesel , de cilindrada mínima de 2,0 litros , com potência mínima de 170 cv , transmissão automática , tração 4x2 (traseira) e direção elétrica ou equivalente . Deverá possuir tanque de combustível com capacidade	R\$ 302.500,00	08	R\$ 2.233.000,00



	<p>mínima de 80 (oitenta) litros, capacidade de carga útil mínima de 1.000 kg, rodas de liga leve ou equivalente, bem como bancos com revestimento em couro ou material sintético impermeável, de fácil higienização.</p> <p>O veículo deverá atender a todas as exigências de segurança e equipamentos obrigatórios previstos na legislação de trânsito vigente.</p>			
2	<p>Veículo automotor tipo pick-up, novo, zero quilômetro, com capacidade para 05 (cinco) ocupantes, cabine dupla, quatro portas laterais, construído sobre chassi, ano/modelo 2025 ou superior. Equipado com motor a diesel, de cilindrada mínima de 2,0 litros, com potência mínima de 170 cv, transmissão automática, tração 4x4, e direção elétrica ou equivalente.</p> <p>Deverá possuir tanque de combustível com capacidade mínima de 80 (oitenta) litros, capacidade de carga útil mínima de 1.000 kg, rodas de liga leve ou equivalente, bem como bancos com</p>	R\$ 319.000,00	11	R\$ 3.327.500,00



	<p>revestimento em couro ou material sintético impermeável, de fácil higienização.</p> <p>O veículo deverá atender a todas as exigências de segurança e equipamentos obrigatórios previstos na legislação de trânsito vigente.</p>			
3	<p>Veículo automotor tipo utilitário, novo, zero quilômetro, destinado ao transporte de passageiros, com capacidade mínima para até 07 (sete) ocupantes, incluindo o condutor, quatro portas laterais, ano/modelo 2025 ou superior.</p> <p>Equipado com motor de potência mínima de 110 cv, combustível flex (gasolina/etanol), transmissão preferencialmente automática, admitindo-se transmissão manual apenas quando devidamente comprovada a equivalência em desempenho, conforto e adequação ao uso institucional, direção elétrica ou equivalente, e tanque de combustível com capacidade mínima de 50 (cinquenta) litros.</p>	R\$ 156.000,00	03	R\$ 468.000,00



	Deverá possuir sistema de ar-condicionado, bancos com revestimento em material resistente e de fácil higienização , sistema de freios compatível com o porte do veículo, bem como todos os itens de segurança e equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente , incluindo cintos de segurança para todos os ocupantes, airbag(s) e sistema de freios com ABS. O veículo deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, acompanhado de manual do proprietário, certificado de garantia de fábrica e documentação necessária para o primeiro emplacamento.			
TOTAL		R\$ 777.500,00	22	R\$ 6.397.000,00

9 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação adota o parcelamento do objeto, nos termos do art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021, mediante a divisão da licitação em itens individualizados, conforme as características e especificações dos veículos pretendidos, permitindo ampla competitividade e melhor aproveitamento das condições do mercado.

O parcelamento foi estruturado considerando as diferenças técnicas e operacionais entre os veículos demandados pela Administração Municipal, os quais possuem finalidades distintas, especificações próprias e segmentos de mercado específicos, sendo organizados da seguinte forma:



Item 01: veículo tipo pick-up cabine dupla, tração 4x2;

Item 02: veículo tipo pick-up cabine dupla, tração 4x4;

Item 03: veículo utilitário para transporte de passageiros, com capacidade mínima para 07 (sete) ocupantes.

A divisão por itens mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajosa, uma vez que possibilita a participação de fornecedores especializados em determinados segmentos do mercado automotivo, ampliando a competitividade do certame e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Além disso, o parcelamento permite:

- a) ampliação do universo de licitantes, evitando restrição indevida à competitividade;
- b) melhor aproveitamento das condições do mercado fornecedor;
- c) disputa individualizada entre fornecedores especializados por categoria de veículo;
- d) maior eficiência na gestão da futura Ata de Registro de Preços;
- e) atendimento mais adequado às necessidades específicas das Secretarias Municipais.

Ressalta-se que, embora parcelado por itens, o objeto mantém unidade funcional e padronização administrativa, sendo executado no âmbito de uma única Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da economicidade, da gestão contratual ou da padronização da frota municipal.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento adotado atende aos princípios da competitividade, eficiência, economicidade, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa, estando em conformidade com o art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas a este objeto.



A presente aquisição trata exclusivamente do registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores novos, não estando vinculada a outros contratos, serviços ou fornecimentos que dependam ou condicionem sua execução.

11 – RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação pretendida, espera-se atender, de forma eficaz, às demandas logísticas e operacionais das diversas secretarias da Administração Pública Municipal de Comodoro-MT, por meio da ampliação, renovação e padronização da frota de veículos oficiais.

A aquisição de veículos novos, zero quilômetro, possibilitará:

Maior eficiência no deslocamento de servidores para atividades externas, inclusive em áreas rurais ou de difícil acesso;

Redução de custos com manutenção corretiva de veículos antigos;

Melhoria na prestação de serviços públicos, com maior agilidade e segurança;

Atendimento à expansão de atividades administrativas e operacionais, considerando o possível aumento de pessoal e da demanda institucional;

Suporte às ações de fiscalização, saúde, educação, obras, assistência social e demais áreas essenciais da gestão pública.

A adoção do sistema de registro de preços permitirá, ainda, que as aquisições ocorram conforme a real necessidade e disponibilidade orçamentária do Município, garantindo economicidade e flexibilidade na execução da despesa pública.

12- PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Antes da celebração do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, deverão ser observadas as seguintes providências administrativas:



- a) Homologação do resultado do certame e adjudicação do objeto à licitante vencedora;
- b) Verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa adjudicatária, conforme documentos exigidos no edital;
- c) Confirmação da manutenção das condições de habilitação e da proposta, nos termos da legislação vigente;
- d) Aprovação da minuta contratual pela assessoria jurídica do Município, antes da assinatura do contrato;
- e) Verificação da compatibilidade dos preços registrados com os praticados no mercado no momento da contratação, especialmente no caso de adesões ou contratações decorrentes da ARP;
- f) Designação formal de gestor e fiscal do contrato, com suas respectivas competências registradas em portaria ou instrumento equivalente;
- g) Publicação do extrato do contrato no portal oficial competente, conforme as regras de transparência aplicáveis;
- h) Verificação da existência de disponibilidade orçamentária suficiente no momento da contratação, com emissão de empenho.

Essas providências visam garantir a legalidade, a transparência e o controle da Administração Pública, assegurando que o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços seja firmado com segurança jurídica e em conformidade com o interesse público.

13- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

A contratação em questão refere-se à aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, que, por sua natureza, possui impactos ambientais indiretos relacionados principalmente à emissão de poluentes, consumo de combustíveis fósseis e descarte de materiais decorrentes da logística de entrega.

Embora a aquisição em si não implique em atividade potencialmente poluidora, a operação e utilização dos veículos ao longo de sua vida útil



impactam o meio ambiente, sobretudo no que se refere à qualidade do ar e à emissão de gases de efeito estufa.

Com vistas a mitigar tais impactos, foram adotadas as seguintes medidas no processo de contratação:

Preferência por modelos com melhor eficiência energética, menor consumo de combustível e menores níveis de emissão de poluentes, sempre que possível, conforme as especificações técnicas definidas no Termo de Referência;

Exigência de veículos em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente no que se refere aos limites de emissões veiculares e padrões de eficiência estabelecidos por órgãos reguladores;

Adoção de critérios sustentáveis na entrega, como transporte consolidado e cuidados na destinação de resíduos eventualmente gerados na preparação ou deslocamento dos veículos.

Tais práticas contribuem para reduzir os efeitos ambientais negativos decorrentes da aquisição e garantir maior responsabilidade socioambiental nas ações da Administração Pública.

14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

As experiências anteriores indicam que a contratação apresenta viabilidade e alta probabilidade de alcance dos resultados pretendidos. Portanto a contratação é **necessária e viável**, desde que sejam garantidos os recursos orçamentários e demais elementos necessários à sua sequência e bom andamento dos serviços contratados.

15 - ANEXOS

VEÍCULO PICK-UP 4X4					
Radar - Mediana	Nissan	Toyota	FORD	Chevrolet	Banco de preços - mediana
R\$ 317.190,00	R\$ 317.990,00	R\$ 318.000,00	R\$ 320.000,00	R\$ 340.000,00	R\$ 389.901,00
MEDIANA				R\$	319.000,00



VEÍCULO PICK-UP 4X2		
FORD	Banco de preços - mediana	Radar - Mediana
R\$ 300.000,00	R\$ 302.500,00	R\$ 318.730,00
MEDIANA		R\$ 302.500,00

VEÍCULO UTILITÁRIO DE PASSAGEIROS (7 LUGARES)		
Banco de preços - mediana	Radar - Mediana	Chevrolet
R\$ 155.495,75	R\$ 156.000,00	R\$ 162.000,00
MEDIANA		R\$ 156.000,00

A estimativa de preços da presente contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que determina que o valor estimado seja compatível com os preços praticados no mercado, obtido por meio de pesquisa de preços realizada com critérios objetivos, representativos e devidamente documentados. Para a composição da base de dados, foram considerados valores coletados diretamente junto a fornecedores do ramo de veículos automotores, bem como valores de referência extraídos de sistemas oficiais de pesquisa de preços utilizados pela Administração Pública, a exemplo do Radar de Preços do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e do Banco de Preços, que reúnem informações de contratações similares realizadas por outros entes públicos. A consolidação desses dados evidenciou variações entre os preços obtidos, situando-se os valores praticados por fornecedores e aqueles registrados nas bases oficiais em faixas distintas, porém representativas do mercado. Diante desse cenário, a definição do valor estimado adotou a mediana como critério de tratamento dos preços, posicionando-se de forma intermediária e equilibrada entre as referências provenientes dos fornecedores e aquelas oriundas dos sistemas oficiais, reduzindo a influência de valores extremos e assegurando a identificação de um preço central compatível com a realidade do mercado. Essa metodologia contribui para maior fidedignidade da estimativa,



mitigação de riscos de superestimação ou subestimação orçamentária e fortalecimento do planejamento da contratação, conforme o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, mostrando-se adequada, proporcional e plenamente compatível com os objetivos da contratação e com as disposições legais aplicáveis à fase preparatória do processo licitatório.

16- RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP

Comodoro-MT, 05 de Janeiro de 2026.

Diego Garcia Galvão Costa
Secretário de Planejamento e orçamento

Eduardo Ferreira da Silva
Coordenador de Obras e Projetos
Públicos Geo-Obras
Secretaria de planejamento e orçamento



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 92CC-9735-4697-CBA7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDUARDO FERREIRA DA SILVA (CPF 060.XXX.XXX-56) em 26/05/2026 20:17:11 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



DIEGO GARCIA GALVÃO COSTA (CPF 891.XXX.XXX-91) em 26/05/2026 20:17:36 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://comodoro.1doc.com.br/verificacao/92CC-9735-4697-CBA7>